
Muitos milhões a voar e outros prontos a navegar

GONÇALO MAIA CAMELO(/CRONOLOGIA/-/META/GONCALO-MAIA-CAMELO) / 20 JAN 2018 / 02:00 H.

A temática da mobilidade e respectivos custos assume contornos cada vez mais intrigantes.

Segundo dados vindo recentemente a público, e ainda não oficiais, o custo anual da mobilidade dos Madeirenses poderá ter subido de 6M€ em 2014, para 33M€ em 2017, ou seja, 5,5 vezes.

Para quem, como eu, não viaja hoje para o Continente mais 5,5 vezes do que viajava em 2014, e passou tanto tempo a ouvir que os custos das passagens não aumentaram com a introdução do novo modelo de subsídio, esta escalada de custos é muito difícil de aceitar. E quem pensa/afirma que a solução para este “desvario” passa pela eliminação do tecto máximo da comparticipação está, obviamente, enganado.

Aliás, e porque os recursos são finitos, bem se compreende que o Governo da República pretenda introduzir/manter tal tecto. O que já não se compreende é que o mesmo, bem sabendo que este problema se ficou, essencialmente, a dever ao “brutal” aumento dos preços praticados pela TAP, não tente recuperar o prejuízo através das (pesadas) coimas aplicáveis às práticas restritivas da concorrência.

É que, não o fazendo, o Governo da República terá então que admitir, de uma vez por todas, que o novo regime do subsídio de mobilidade teve como objectivos essenciais assegurar a subsídio pública – de outra forma proibida/ilegal – da TAP e compensar a manutenção da participação pública estatal na mesma (com um inerente Conselho de Administração recheado de “boys”).

Por sua vez, ficámos recentemente a saber que o Governo Regional da Madeira, na ânsia de cumprir uma promessa eleitoral – intenção que, por princípio, é de louvar –, já admite gastar 3M€/ano (fora eventuais subsídios aos passageiros e eventuais isenções de taxas) por uma operação ferry com apenas 3 meses de duração anual.

Ou seja, o ferry dos “nossos olhos”, pode vir a custar “os olhos da cara”... 1M€ por mês, 250.000€ por viagem de ida e volta (considerando 12) e 1.411€ por passageiro (considerando a média mensal do “Armas”).

Ainda que estes valores possam não ser inteiramente definitivos/correctos, importa referir que, com os mesmos 3M€/ano, a RAM poderia organizar 200 “charters do Natal” (15.000€ cada), promover a criação de cerca de 15 novas rotas aéreas regulares para a Madeira (200.000€ cada) e oferecer aos Madeirenses que necessitam de utilizar automóvel no Continente 200.000 dias de aluguer de veículos por ano (15€ dia).

Seja como for, tendo em conta este novo/possível valor anual, podemos concluir que a nossa mobilidade poderá vir a custar um valor total de, pelo menos, 36M €/ano, e ficamos a saber que um ferry para 12 meses poderia custar à RAM qualquer coisa como 12M€/ano.

Ora, a mobilidade geográfica dos habitantes da Madeira e dos Açores é, inquestionavelmente, um assunto muito sério e deve ser devidamente defendida e assegurada. No entanto, e considerando que não existe dinheiro do Estado, mas sim dinheiro dos Contribuintes, não é aceitável que este assunto seja tratado sem ponderação do custo/benefício e/ou que se permita que a mobilidade dos Insulares se torne num negócio muito lucrativo para quem tão pouco se preocupa com a mesma.

Tal como não gosto que o dinheiro dos meus impostos seja mal utilizado por/para outros, também não posso pretender que o dinheiro dos impostos de outros seja desbaratado comigo e com os meus.

